PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF

TRIBUNAIS, PRODUTIVIDADE E ACESSIBILIDADE: ENTRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E A INTERNACIONAL

Maricilene Isaira Baia do Nascimento[1]

Palavras-chave: Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Tribunais. Reforma do Judiciário. Brasil. Experiência Internacional.

RESUMO

Tema que ganhou grande relevância nos últimos anos entre os pesquisadores interessados em investigações sobre os processos de reforma em sistemas judiciais em todo o mundo, a relação entre tribunais e novas tecnologias da informação e comunicação é o interesse deste trabalho. O objetivo foi verificar quais impactos as novas tecnologias da informação e comunicação exercem nos tribunais, com vistas a verificar se o Judiciário brasileiro sofre os mesmos impactos que as novas tecnologias causam em outras experiências internacionais. Para a experiência internacional, os dados foram coletados do relatório da Comissão Europeia para Eficiência da Justiça (CEPEJ, 2008; 2016). Para o caso brasileiro, os dados foram levantados a partir dos relatórios do Conselho Nacional de Justiça (2010-2016). Além, disso foram usados dados da *World Economic Forum* (2016).

A pesquisa focaliza um tema que tem sido pouco explorado. Isso se deve ao fato de que "São poucos os estudos que tratam empiricamente de temas associados diretamente com a gestão judicial, como o desempenho de organizações e de indivíduos" (GOMES, 2014, p. 16). O autor ainda aponta que os poucos estudos que há sobre o desempenho das instituições judiciais e de seus agentes, amadurecem análises com diferentes variáveis explicativas, que têm ignorado as consequências do sistemático uso de novas tecnologias, como se estivessem neutras no desempenho judicial. Então sugere: "pesquisas futuras poderiam investigar qual é o impacto da adoção de novas tecnologias no Judiciário, considerando para isso diferentes pontos de vistas, como juízes, advogados e usuários em geral do sistema judicial" (GOMES, p. 38).

Para atender tal demanda, esta pesquisa foi estruturada (principalmente suas hipóteses) conforme os pressupostos da literatura sobre o fenômeno, como mostra o Quadro 1.

1 Universidade de Brasília (maricilene_isaira@hotmail.com).

Quadro 1: Síntese dos elementos analisados

Hipóteses levantadas com verificação da experiência internacional		Hipóteses levantadas para o Brasil
As novas tecnologias da informação e comunicação impactam positivamente na performance dos tribunais?	**Sob quais condições as novas tecnologias da informação são adotadas com êxito nos tribunais?**	**O Judiciário brasileiro sofre os mesmos impactos que as novas tecnologias da informação causam em outras experiências internacionais?**
H1: Quanto mais preparados os tribunais tecnologicamente mais produtivos eles tendem se tornar (REILLING, 2009; CERRILLO, 2007).	H1: Quanto mais preparados são os países em infraesturura tecnológica, mais preparados tendem ser os tribunais tecnologicamente (CERRILLO, 2007).	H1: Quanto maior o investimento em TI mais preparados tendem ser os tribunais brasileiros tecnologicamente
H2: Quanto mais preparados são os tribunais tecnologicamente mais acessíveis eles tendem se tornar (LOBOS, 2011; REILLING, 2012; CERRILLO, 2007; SERBENA, 2013).	H2: Quanto maior o investimento em TI, mais tendem ser preparados os tribunais tecnologicamente (CERRILLO, 2007)	H2: Quanto mais preparados são os tribunais brasileiros mais produtivos eles tendem ser
	H3: Quanto maior o preparo legal que uniformizam o uso das TICs mais preparados tendem ser os tribunais tecnologicamente (CERRILLO, 2007; LOBOS, 2011)	
	H4: Quanto mais preparados são os tribunais em gestão estratégica de TI mais preparados tedem ser os tribunais tecnologicamente (SANTOS, 2005).	

Fonte: a autora, 2017.

Após aplicação de análise de regressão linear, a tabela 1 mostra os resultados obtidos para os países participantes do relatório CEPEJ, que, para níveis de "controle", foram separados em três grupos de países: "CEPEJ", "União Europeia (UE)" e "CEPEJ-UE", e os resultados obtidos para o caso brasileiro.

Tabela 1: Síntese dos resultados da pesquisa

Caso Europeu							**Resultados**
Variáveis Preditoras	**Variável dependente**: Eficiência (produtividade)						
	CEPEJ		União Europeia (UE)		CEPEJ-UE		**Quanto mais preparados os tribunais tecnologicamente mais produtivos tendem se tornar**
Preparo Tecnológico (Equipment Index)	.928**		.932**		.899**		
Preparo Tecnológico (Global IT)	.830**		.800**		.897**		
Variáveis Preditoras	**Variável dependente**: Acesso à Justiça (communication)						**Resultados**
	CEPEJ		União Europeia		CEPEJ-UE		
Preparo Tecnológico (Equipament Index)	.863**		.882**		.778**		**Quanto mais preparados os tribunais em tecnologias mais acessíveis são**
Preparo Tecnológico (Global IT)	.760**		.766**		.746**		
Variáveis Preditoras	**Variável dependente**: Preparo Tecnológico						**Resultados**
	CEPEJ		União Europeia		CEPEJ-UE		
	EI	GIT	EI	GIT	EI	GIT	(i) Quanto maior o aparato legal, mais preparados são os tribunais tecnologicamente; (ii) quanto melhor a governança estratégica, mais preparados em tecnologia tendem se tornar os tribunais
Aparato legal (Legal Framework)	636**	.683**	670**	712**	465**	.616**	
Governança Estratégica (Project Management)	302**	.438**	266**	396**	442**	.561**	
Governança Estratégica (Governance)	894**	.791**	835**	630**	894**	.893**	
Caso Brasileiro							**Resultados**
Variável Preditora	**Variável dependente:** preparo tecnológico de tribunais (% evolução de nivelamento em TI)						
	Satisfatório			Aprimorado			**Quanto mais investimento em TI, mais preparo tecnológico dos tribunais brasileiros**
Investimento em TI (2009-2015)	.797*			.666***			
Variável Preditora	**Variável dependente:** Produtividade						**Resultados**
	IPM			IPS-Jud			**Quanto mais preparados se tornam tecnologicamente os tribunais brasileiros, mais produtivos tendem se tornar**
Preparo Satisfatório	.933**			.100***			
Preparo Aprimorado	.461***			.110***			

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.
*p<0.05; **p<0.01; *** p>0.05
Número de países investigados pelo CEPEJ: 47 Número de tribunais brasileiros levantados pelo CNJ: 91
EI: Índice de equipamento GIT: Índice global de TI EU: União Europeia
IPM: Índice de produtividade de Magistrados IPS-Jud: Índice de produtividade dos servidores do Judiciário

Ainda outros resultados: no caso dos países CEPEJ, a relação "investimento em TI x preparo tecnológico" não se mostrou estatisticamente significativa (p=0,9), não sendo possível fazer inferências. O coeficiente de relação foi 0,00. O mesmo ocorreu na relação "nível de preparo tecnológico do país x nível de preparo tecnológico de tribunais" (coeficiente de significância (p=0,07)).

Conclusões: Mais preparo tecnológico de tribunais tende a aumentar a sua produtividade e a acessibilidade dos cidadãos às instituições judiciais e seus procedimentos; e quanto mais preparados são os sistemas judiciais em legislação que uniformizam o uso de TICs mais preparados eles tendem ser tecnologicamente, e quanto mais preparados são os tribunais em governança estratégica de TI, mais os tribunais tendem a ser preparados tecnologicamente. No Brasil, quanto mais investimento em TI, mais preparados tendem ser os tribunais, e quanto mais preparados os tribunais, mais produtivos eles tendem ser, aproximando-se da tendência internacional.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório justiça em números**: ano-base 2015. Brasília: CNJ, 2016.

_____. **Relatório evolução do nivelamento de tecnologia da informação e comunicação 2014**. Brasília: CNJ, 2014.

EUROPEAN COMMISSION FOR THE EFFICIENCY OF JUSTICE. **Communication from the Commission to the Council, the European Parliament and the European Economic and Social Committee**: Towards a European e-Justice Strategy. Brussels: CEPEJ, 2008.

_____. **European judicial systems**: efficiency and quality of justice. CEPEJ Studies No. 24. Thematic report: Use of information technology in European courts. Strasbourg: CEPEJ, 2016.

CERRILLO, Augustí. E-justicia: las tecnologías de la información y el conocimiento al servicio de la justicia iberoamericana en el siglo XXI. **Revista de los Estudios de Derecho y Ciencia Política de la UOC**, n. 4, 2007.

GOMES, Adalmir de Oliveira. **Estudos sobre o desempenho da Justiça Estadual de primeira instância no Brasil**. 2014. 105 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília.

LOBOS, Ricardo Lillo. El uso de nuevas tecnologías en el Sistema Judicial: experiencias y precauciones. In: CABALLERO, José Antonio; GRÀCIA, Carlos Gregorio de; HAMMERGREN, Linn (Comp.). **Buenas prácticas para la implementación de soluciones tecnológicas en la administración de justicia**. Buenos Aires: Instituto de Investigación para la Justicia, 2011, p. 117-140.

REILLING, Dory. **Technology for Justice**: How Information Technology Can Support Judicial Reform. Leiden: Leiden University Press, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 82-109, jan./jun. 2005.

SERBENA, Cesar Antonio. Interfaces atuais entre a E-justiça e a Q-justiça no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 45, v. 21, mar. 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Information Technology Report 2016**: Innovating in the Digital Economy. Geneva: WEF, 2016.